

# Enfrentamento da violência contra mulheres na Paraíba

O aplicativo SOS Mulher é um mecanismo individual de acionamento policial para mulheres em risco de violência, com ou sem medida protetiva expedida

Isabela Sobral e Marina Bohnenberger  
17 de março de 2021

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Mulheres fazem caminhada em solidariedade às manifestações feministas na América Latina

Desde 2017, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública desenvolve a Casoteca e o Selo FBSP de Práticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O projeto tem como objetivo reconhecer, documentar, disseminar e premiar experiências desenvolvidas pelas polícias ou pelas instituições do sistema de justiça no combate à violência contra as mulheres. Na última edição, realizada em 2019, quinze iniciativas foram avaliadas e quatro delas foram contempladas com o Selo.

Uma das iniciativas premiadas foi o Programa Mulher Protegida. Trata-se de uma política da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba (SESDS/PB), que consiste em uma série de ações voltadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres, a partir de um trabalho em rede realizado pelas Polícias Civil e Militar, pela Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, e pelo Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

Uma das ações desenvolvidas pelo Programa Mulher Protegida é o aplicativo SOS Mulher. Ele é um mecanismo individual de acionamento policial para mulheres em risco de violência, com ou sem medida protetiva expedida. O aparelho celular munido do SOS Mulher é concedido pela Polícia Civil às mulheres em situação de alto risco.

A interface do aplicativo conta com três botões de acionamento: verde, amarelo e vermelho. O botão verde deve ser acionado diariamente e indica que a mulher está bem e não precisa de assistência. No amarelo, algum risco foi detectado, como a proximidade do agressor pelas redondezas, contatos telefônicos etc. Neste caso, a PM faz contato com a mulher para saber do que se trata e, em geral, uma viatura é despachada até o local onde ela se encontra, para eliminar a possibilidade de que esteja sendo coagida a mentir. Já o botão vermelho é para risco iminente: quando alguém o aciona, a viatura mais próxima é direcionada para fazer o atendimento.

O Programa conta também com uma Patrulha Maria da Penha, criada em agosto de 2019. A Patrulha articula as Secretarias da Mulher e da Segurança, através de suas unidades vinculadas. A Patrulha tem como principal objetivo monitorar o cumprimento de medidas protetivas de urgência, nos moldes de outras patrulhas brasileiras.

O diferencial da Patrulha do Mulher Protegida é a presença da equipe técnica da Secretaria da Mulher, que faz o contato inicial com as beneficiárias. A equipe técnica é formada por profissionais com formação multidisciplinar, como advogadas, psicólogas e assistentes sociais. A partir daí a Patrulha passa a fazer visitas e rondas de monitoramento em todas as áreas onde a mulher se considere em risco, como a região de sua residência, do trabalho, da escola dos filhos etc.

Se destaca no desenho dessa política o diagnóstico feito antes de sua implementação. Houve um trabalho de mapeamento da rede de proteção à mulher nas diferentes regiões, que possibilitou à equipe saber que tipo de serviço existe e pode ser acionado para o devido cumprimento dos objetivos do programa e para articulação com a patrulha.

O Programa Mulher Protegida também tem ações direcionadas à prevenção da violência contra a mulher. São promovidas palestras instrutivas sobre a lei, voltadas para o público masculino, que começaram com uma parceria com o Sindicato da Construção Civil. Durante o evento, além de apresentar os diferentes tipos de violência, as delegadas discorrem sobre como alguns tratamentos tidos como culturalmente aceitáveis são degradantes para as mulheres e como a violência doméstica é crime, que não deve ser aceito, entre outros temas, sempre usando referências que fazem parte do contexto do público-alvo, com uma linguagem simples e de forma descontraída. Busca-se a desconstrução dos papéis de gênero, além da divulgação dos serviços e dos espaços de denúncia e de proteção das mulheres.

A Polícia Civil também faz panfletagens em lugares que apresentam alto fluxo de pessoas. Uma dessas ações acontece em um terminal central de ônibus no horário de pico.

Além das palestras e panfletagens, duas importantes campanhas contra a importunação sexual foram veiculadas em 2019, em grandes festas pelas quais o estado da Paraíba é famoso, o Carnaval e o São João, respectivamente, “Meu corpo não é sua folia” e a “Não é não, também no São João”. Houve distribuição de panfletos nos dias dos eventos, composição de duas músicas de conscientização adequadas às festas e mobilização dos artistas dos palcos para lembrar do respeito aos corpos das mulheres.

O monitoramento da política é feito de forma sistemática por meio de relatórios de dados sobre violência. São monitorados os crimes resultantes em morte, como os crimes violentos letais intencionais (CVLI) com vítimas mulheres e os feminicídios. Do ponto de vista dos CVLI com vítimas mulheres, o estado da Paraíba experimentou uma redução em termos absolutos, entre 2011 e 2018, de 42% no número de vítimas. A série vinha com tendência de queda desde 2016, com um pequeno aumento em 2018.

Desde 2017, o Mulher Protegida está previsto no *Paraíba pela Paz*, plano estadual de Segurança Pública do estado da Paraíba, o que o fortalece institucionalmente e garante sua continuidade como política pública do estado.

#### **Isabela Sobral**

Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

#### **Marina Bohnenberger**

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (PPGAS/USP). Mestranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)

---

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/depa4dn5o4>



